Eugénio Rosa demonstra a crise do Serviço Nacional de Saúde

14 Dezembro, 2021

O SNS em crise grave não responde às necessidades. Os 1100 MILHÕES € anunciados são, afinal, para pagar as dívidas do SNS.

A demissão de direções clínicas e de médicos em vários hospitais por falta de condições de trabalho *(diretor clinico e de 84 médicos no Centro Hospitalar de Setúbal, de 10 chefias da equipa de cirurgia do Hospital de Santa Maria, da demissão dos médicos responsáveis pela Urgência Metropolitana de Psiquiatria do Porto, UMPP, etc.),* noticiados pelo órgãos de comunicação social, devia servir de alerta para que o governo tomasse medidas imediatas para reforçar de uma forma efetiva o SNS, combatendo a falta crescente de meios para responder não só à pandemia mas também em relação às doenças não-Covid.

Mas o que infelizmente se tem assistido é a desvalorização dos problemas existentes, como fez a Ministra da Saúde, ao considerar como um problema a falta de resiliência dos profissionais, ou como sistematicamente têm feito as ARS, com declarações de que o problema está a ser ou vai ser resolvido, continuando tudo na mesma.

Neste estudo, utilizando dados oficiais, vamos mostrar que os problemas que enfrenta o SNS são reais e enormes, e têm-se agravado perante a passividade e incapacidade do governo.

O NÚMERO DE CONSULTAS MENSAIS NOS CENTROS DE SAÚDE DIMINUIU MAIS DE UM MILHÃO, METADE NÃO SÃO PRESENCIAI, E 51% DAS URGÊNCIAS NOS HOSPITAIS PODERIAM SER RESOLVIDAS

NOS CENTROS DE SAÚDE, SE ESTES TIVESSEM CONDIÇÕES.

Os dados do quadro 1, do Portal Transparência do SNS, são indicadores importantes e elucidativos do que está a suceder em áreas importantes do serviço público de saúde com consequências para a saúde dos portugueses.

Quadro 1 – Portugueses com médicos e sem médicos de família, consultas presenciais e não presenciais, e urgências hospitalares por gravidade de risco de vida em 2019 e em 2021

CENTROS DE SAÚDE - Nº DE UTENTES INSCRITOS, UTENTES COM MÉDICO DE FAMILIA E UTENTES SEM MÉDICO DE FAMILIA - Portal tarnsparencia SNS								
MÊS/ANO	Utentes Inscritos CSP	Total Utentes com MdF atribuído	% Total Utentes com MdF atribuído	Total Utentes sem MdF Atribuído	% Total Utentes sem MdF Atribuído			
Nov.2019	10 296 668	9 581 094	93,05%	689942	6,70%			
Nov.2021	10 461 402	9 348 318	89,36%	1081362	10,34%			
Var.21/19	164 734	-232 776		391420				
Var.21/19	1,60%	-2,43%	-3,97%	56,73%	54,26%			
ATENDIMENTO NOS CENTROS DE SAÚDE - CONSULTAS - Fonte : Portal Transparencia SNS								
Mês/Ano	Nº Consultas Médicas Presenciais	Nº de Consultas Médicas Não Presenciais ou Inespecíficas	Nº de Consultas Médicas ao Domicílio (Qt)	TOTAL				
Dez.2019	1 517 038	677 692	18 568	2 213 298				
Out.2021	1 347 786	1 484 820	11 450	2 844 056				
Var.21/19	-169 252	807 128	-7 118	630 758				
Var.21/19	-11,2%	119,1%	-38,3%	28,5%				
URGENCIAS HOSPITALARES - CONSULTAS - Fonte: Portal Transparencia SNS								
Mês/Ano	Nº Atendimentos em Urgência SU Triagem Manchester - Vermelha (gravissimo)	Nº Atendimentos em Urgência SU Triagem Manchester -Laranja (grave)	Nº Atendimentos em Urgência SU Triagem Manchester - Amarela (gravidade moderada)	Nº Atendimentos em Urgência SU Triagem Manchester -Verde (pode esperar)	Nº Atendimentos em Urgência SU Triagem Manchester -Azul (encaminhar para Centro de Saúde)	Nº Atendimentos em Urgência SU Triagem Manchester -Branca (para programação futura)	TOTAL Triagem Manchester	Nº Atendimentos s\ Triagem Manchester
Out.2019	16 817	492 079	2 257 172	1 769 043	73 608	4 608 719	9 217 438	139 353
Out.2021	14 628	416 286	1 789 066	1 529 673	84 047	3 833 700	7 667 400	119 869
Var.21/19	-2 189	-75 793	-468 106	-239 370	10 439	-775 019	-1 550 038	-19 484
Var.21/19	-13,0%	-15,4%	-20,7%	-13,5%	14,2%	-16,8%	-16,8%	-14,0%
% Total-19	0,18%	5,34%	24,49%	19,19%	0,80%	50,00%	100,00%	
% Total-21	0,19%	5,43%	23,33%	19,95%	1,10%	50,00%	100,00%	

Nos Centro de Saúde, se se comparar novembro de 2019 (ano anterior à pandemia) com novembro de 2021, o número de utentes com médico família diminuiu em 232.776. Consequentemente o número dos utentes sem médico de família aumentou de 689.942 para 1.081.136, uma subida de 56,3%.

Nos Centro de Saúde, se se comparar o mês de dezembro de 2019 *(último mês do ano anterior à pandemia)* com outubro de 2021, conclui-se que **as consultas presenciais diminuíram em 169.252 (-11,2%), enquanto as consultas não presencias, por telefone de muito menor qualidade, aumentaram em 807.128, portanto (+119,1%)**.

É cada vez mais difícil para os portugueses marcar uma consulta presencial nos centros de saúde porque os médicos de família foram mobilizados pelas chefias do SNS, naturalmente por decisão do governo, para fazer o acompanhamento, por telefone, dos infetados pelo COVID, embora isso esteja a destruir a rede de cuidados primários, e a atrasar o diagnóstico de doenças fatais o que aumenta a mortalidade de doenças não COVD.19.

Os dados do quadro 1 também revelam, **comparando outubro de 2019 com outubro de 2021, que o número de urgências nos hospitais diminuiu significativamente (-1.569.522) e que o número de situações que**

podiam ser resolvidas nos Centros de Saúde, se estes funcionassem plenamente, é mais de metade.

O INVESTIMENTO NO SNS EM 2021 É AINDA INFERIOR AO DE 2020. O ORÇAMENTO APROVADO PARA ESTE ANO É JÁ CLARAMENTE INSUFICIENTE, O QUE REVELA QUE O SUBFINANCIAMENTO SE MANTÉM.

A Direção Geral do Orçamento (DGO) do Ministério das Finanças divulgou recentemente a execução do Orçamento do Estado referente ao período janeiro/outubro de 2021. Nessa informação, relativamente ao SNS, consta o quadro 2 que transcrevemos seguidamente com as rúbricas principais.

Quadro 2 – EXECUÇÃO FINANCEIRA CONSOLIDADA DO SNS – segundo a DGO do Ministério das Finanças

RÚBRICAS	EXECUÇÃO PROVISÓRIA	ORÇAMENTO INICIAL	EXECUÇÃO ACUMULADA ATÉ OUTUBRO		VARIAÇÃO DO ORÇAMENTO DE 2021 EM RELAÇÃO AO EXECUTADO EM 2020	VARIAÇÃO DA EXECUÇÃO ACUMULADA ATÉ OUT.2021/2020
	2020	2021	2020	2021		
Receita corrente	11 110	11 299	9 030	9 425	189	396
Receita fiscal	102	122	78	77	20	-1
Impostos indiretos	102	122	78	77	20	-1
Tranferencias correntes (transferencias do O.E.)	11 008	11 177	8 952	9 348	169	396
Receita de capital	52	216	39	38	164	-1
RECEITA EFETIVA TOTAL	11 162	11 515	9 069	9 463	353	395
Despesa corrente	11 191	11 311	8 895	9 692	119	797
Despesas com o pessoal	4 680	4 814	3 714	4 053	134	339
Aquisição de bens e serviços	6 362	6 412	5 061	5 526	50	465
Transferências correntes	145	66	116	109	-79	-8
Despesa de capital	263	293	217	161	30	-56
Investimentos	262	273	217	161	11	-56
DESPESA EFETIVA TOTAL	11 454	11 604	9 112	9 853	149	741
Saldo global	-292	-89	-43	-389		

Fonte: Administração Central do Sistema de Saúde, IP.

Segundo o orçamento do SNS aprovado pelo governo, a receita total efetiva aumenta, entre 2020 e 2021, apenas 353 milhões € – passa de 11.162 milhões € para 11.515 milhões € (valor muito inferior ao 745 milhões € anunciados pelo governo aquando do debate do OE-2021), enquanto a despesa realizada total já aumentou 741 milhões € só no período de jan/out de 2021, (*entre 2020 e 2021, passou de 9.112 milhões € para 9.853 milhões €)***.**

No fim de outubro de 2021, o saldo negativo do SNS já era de -389 milhões € (em 2020: -43 milhões €)

Outro aspeto fortemente negativo, tendo em conta a falta de condições de trabalho onde falta tudo desde equipamentos *(os que existem, na sua maioria, já estão degradados ou obsoletos),* instalações, etc., é o baixo nível de realização de investimento.

Para 2021 (que está a terminar), **estão previstos 273 milhões € de investimentos, mas até outubro de 2021 só tinham sido realizados 161 milhões € (58,7%). Portanto um valor inferior em cerca de 30% ao realizado em 2020 no mesmo período. Este facto prova que a falta de instalações e de equipamentos no SNS vai-se agravar ainda mais.**

Os dados da DGO do quadro 2 mostram que os valores orçamentados para em 2021, são insuficientes. Revela que a suborçamentação e o subfinanciamento crónico do SNS continuam e com consequências gravíssimas porque desorganiza e desresponsabiliza a atividade do SNS e determina custos acrescidos para este serviço.

A MENTIRA DO REFORÇO DE 745 MILHÕES € PARA O SNS NO ORÇAMENTO DO ESTADO PARA 2021; O AUMENTO ENORME DA DÍVIDA A FORNECEDORES E OS 1100 MILHÕES € PARA CAPITAL QUE AFINAL SÃO PARA PAGAR DÍVIDA.

Durante o debate do Orçamento do Estado para 2021, um dos temas de propaganda mais repetido pelo governo e pelo PS foi: "***O Governo vai reforçar o Serviço Nacional de Saúde (SNS) com mais 745 milhões de euros, tendo em vista a redução da dívida e o aumento da capacidade de resposta e de produção do SNS***". Esta afirmação transformou-se numa **grande mentira** porque o aumento foi apenas metade como provam os dados da Direção Geral do Orçamento (quadro 2).

Como consequência, para funcionar, o SNS teve de se endividar como mostra o quadro 3

Quadro 3 - Divida a fornecedores externos em dez.2020 e em out.2021 - Fonte: Portal transparência SNS

Mês/Ano	Dívida Total (Fornecedores Externos)	Dívida Vencida (Fornecedores Externos)	Pagamentos em Atraso
Dez.2020	1 516 129 106 €	619 234 404 €	150 634 347 €
Out.2021	1 968 704 586 €	1 172 465 210 €	559 000 973 €
Var.21/20	452 575 481 €	553 230 806 €	408 366 626 €
Var.21/20	29,9%	89,3%	271,1%

Em 10 meses apenas (dez.2020/out.2021), a dívida total do SNS a fornecedores externos aumentou em 452,6 milhões €, ou seja, em 29,9%. Mas, no mesmo período, a dívida vencida (mais de 90 dias) cresceu em 89,3% (+553,2 milhões €) e os pagamentos em atraso, tendo em conta o prazo estabelecido, aumentaram em 271,1% (+408,4 milhões €)**.**

A situação financeira do SNS é dramática, impedindo o seu funcionamento normal, assim como é um obstáculo a melhores condições de trabalho de que se queixam e denunciam os profissionais de saúde.

O compromisso do governo em reforçar o SNS foi, mais uma vez, uma grande mentira com que se procura enganar e manipular a opinião publica.

Foi uma das razões mais importantes do chumbo da proposta de OE-2022, como já afirmaram os partidos de esquerda.

Perante o agravamento da crise financeira do SNS, que o impede de dar uma resposta minimamente satisfatória aos doentes COVID e aos doentes não-COVID o governo anunciou (noticiado pelos media) que vai aumentar o capital dos Hospitais em 1100 milhões € *(Costa já falou depois em 750M€)* que, de acordo com as normas, deviam ser para investimento. No entanto, isso não acontecerá porque esses fundos, segundo orientações do governo, serão utilizados para amortizar a dívida. Assim, os equipamentos continuarão a degradarem-se e a serem cada vez mais insuficientes, as condições de trabalho continuarão inaceitáveis e o SNS sem meios.

Mas registando em capital, não conta para o défice orçamental.

Não assegurando os meios mínimos que o SNS necessita para funcionar promove-se a destruição do SNS e se promove o negócio privado de saúde em Portugal.